



## Luta contra Aids pode receber US\$ 100 milhões

Pedido de autorização do Executivo para contratar empréstimo de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial consta da pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos. A CAE examina também, entre outras matérias, projeto que determina maiores investimentos do BNDES nas regiões mais pobres.

Página 3

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.788 - Brasília, segunda-feira, 22 de setembro de 2003

### CPI ouve quatro ex-funcionários do Banestado

Comissão parlamentar de inquérito toma amanhã o depoimento de quatro ex-funcionários do Banestado sobre remessas ilegais para o exterior. Eles atuavam em Nova York, Ilhas Cayman, Curitiba e Foz do Iguaçu. A convocação ocorre após diligência da CPI nos Estados Unidos.

Página 3

### Infra-Estrutura debate a crise dos metrô

Os problemas financeiros das empresas gestoras dos metrô serão analisados amanhã em audiência pública pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Diversas autoridades, como o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, devem participar da discussão.

Página 3



## Comissão vota na quarta a reforma da Previdência

Parecer do senador Tião Viana sobre a proposta deve ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As emendas dos senadores, rejeitadas pelo relator, podem ter votação em separado

Página 5



**DATA** Dia do Idoso será comemorado no próximo sábado em meio a benefícios conquistados e casos de maus-tratos

### Especial Cidadania informa sobre direitos dos idosos

No início da semana em que o Plenário deve votar o Estatuto do Idoso, o **Jornal do Senado** traz hoje informações sobre os benefícios legais para esses cidadãos

Página 8

## Virgílio lamenta morte de Andrea Carta

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou na sexta-feira voto de pesar pela morte do jornalista Andrea Carta. O senador Mão Santa (PMDB-PI), presidindo a sessão, afirmou que a Mesa enviará condolências à família do falecido.

O jornalista Andrea Carta, de 44 anos, morreu na madrugada da terça-feira ao cair do quinto andar de um apartamento de propriedade de seu amigo, o empresário Rogério Fasano, em São Paulo. Carta era editor-chefe da revista *Vogue Brasil* e diretor da Carta Editorial, que publica a revista. Andrea era sobrinho do jornalista Mino Carta, atual diretor de redação da Carta Capital.

## Rede Sarah é exemplo ao país, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou a Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor, que a seu ver é exemplo de eficiência a ser seguido por toda a administração pública. Ele observou que a entidade emprega bem os recursos recebidos e representa o que de melhor pode ser feito no serviço público brasileiro, se a mentalidade patrimonialista for abandonada.

Mozarildo mencionou ainda acordo assinado em junho pela Dinamarca, importando tecnologia da Rede Sarah. O senador cumprimentou o diretor-presidente da instituição, Aloysio Campos da Paz, assim como Lúcia Braga, diretora-executiva.

# Agenda

## Plenário do Senado realiza sessão hoje a partir das 14h30

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. Os primeiros senadores inscritos para subir à tribuna são Maria do Carmo



Alves (PFL-SE) e Mão Santa (PMDB-PI) – fotos. Os pronunciamentos podem ser acompanhados em tempo real pela Agência Senado, no endereço [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia).

## CPI deverá ouvir ex-funcionários do Banestado

A CPI do Banestado faz hoje, às 18h, reunião reservada para discutir assuntos administrativos. Amanhã, o colegiado vai ouvir, às 10h, quatro ex-

funcionários do Banestado que eram lotados nas agências de Curitiba e Foz do Iguaçu, no Paraná, e das Ilhas Cayman e de Nova York. A convocação resultou

de diligências feitas por integrantes do colegiado nos Estados Unidos, onde obtiveram mais de 300 caixas de documentos.



## Reforma agrária na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 12h30, entrevista com o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) sobre reforma agrária. De acordo com recente relatório divulgado pelo Inbra, o número de invasões

de terra ocorridas este ano já é muito maior do que o total registrado no ano passado. Às 20h30, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fala sobre o registro do voto eletrônico.

## Infra-Estrutura discute gestão de metrô municipais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne amanhã, às 10h, para debater os problemas financeiros que as

empresas gestoras dos metrô estão enfrentando. Foram convidados Antônio Imbassahy, prefeito de Salvador; Ermínia

Maricato, secretária-executiva do Ministério das Cidades; e Fernando Dueire, secretário de Infra-Estrutura de Pernambuco.

## Na Câmara, políticas para a juventude

Começa amanhã, na Câmara dos Deputados, o seminário "Políticas Públicas para a Juventude", com debates, mostra de vídeos, exposições e lançamento de livros. O evento terá a participação de parlamentares, ministros e representantes de organismos nacionais e internacionais. A abertura, às 9h, contará com a presença do presidente do Senado, José Sarney.



## Recursos contra a Aids

Entre os itens a serem votados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de amanhã, às 10h, está a mensagem do Poder Executivo (nº 163/03) que trata de autorização para empréstimo junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 100 milhões. O dinheiro destina-se ao financiamento do Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (Projeto Aids III).

## Dívida pública dos estados

Na quarta-feira, a Subcomissão da Dívida Pública vai ouvir, a partir das 10h30, o secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Marcarenhas. O colegiado tem realizado audiências para discutir a dívida pública dos estados. Já foram ouvidos pelos membros da subcomissão o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roque de Sá

**REFORÇO** Ana Júlia defende ações do governo federal para conter assassinatos no campo

## Ana Júlia pede desarmamento no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que intensifique o desarmamento da região paraense conhecida como "Terra do Meio", e que inicie esse trabalho apurando denúncias feitas pelo fazendeiro Eduardo Champanhat ao jornal *O Liberal*, na última quarta-feira.

De acordo com a senadora, o fazendeiro acusa o advogado Gervásio Camilo de comandar a pistolagem na região e de ter invadido sua propriedade. Segundo o denunciante, policiais que realizaram operação especial em sua fazenda prenderam pessoas que diziam estar trabalhando para o acusado.

### Contradição

Ana Júlia afirmou que, na mesma matéria de jornal, Gervásio, que foi secretário da Agricultura do estado na gestão de Almir Gabriel, deu informações contraditórias ao dizer que no Pará não há fazendas maiores do que 600 alqueires, e, em seguida, declarar que a sua propriedade tem 900 alqueires.

– Penso que se está diante de uma pista muito forte para desbaratar algumas dessas quadrilhas que sujam de sangue o solo paraense – salientou Ana Júlia, assinalando que os policiais que estão atuando na reintegração de posse das propriedades não são suficientes para a operação, já que não puderam evitar a última chacina. A polícia paraense não teria condições, em seu ponto de vista, de enfrentar a situação sozinha.

Ao insistir na necessidade de intervenção federal para conter a violência no Pará, Ana Júlia citou números da Comissão Pastoral da Terra, segundo os quais já chegaram a 31 os trabalhadores assassinados no estado neste ano, num total de 53 no país.

# Projeto de combate à Aids pode receber US\$ 100 milhões

■ Outra proposta a ser votada pela CAE reserva 35% dos recursos do BNDES para regiões mais pobres

O primeiro item da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, é a mensagem do Poder Executivo que pede autorização para contratar um empréstimo de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial para financiamento parcial do Terceiro Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids. O relator da mensagem, senador Pedro Simon (PMDB-RS), apre-



Roosevelt Pinheiro

**PARECER** Pedro Simon, relator do projeto, defende a aprovação do empréstimo pela CAE

sentou parecer favorável.

O item seguinte é o texto substitutivo apresentado pelo

senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que determina que, a partir de 2005, pelo menos 35% dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam destinados aos estados da Amazônia Legal e das Regiões Nordeste e Centro-Oeste. A matéria foi aprovada pela CAE na última terça-feira e terá agora um turno suplementar para possibilitar a apresentação de emendas ao substitutivo. A matéria (PLS nº 9/1999) é terminativa na CAE, ou seja, cabe à comissão a decisão final sobre o assunto, exceto se houver requerimento para votação em Plenário.

Outro importante assunto a

ser avaliado amanhã pela CAE, em caráter terminativo, é o projeto do senador César Borges (PFL-BA) que cria o Fundo de Aval ao Setor Cacaueiro. O PLS nº 127/2003 recebeu parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para quem o fundo “tem por finalidade garantir parte do risco dos financiamentos concedidos a pequenos e médios cacauicultores por instituições financeiras oficiais federais”.

Também na pauta está o projeto (PLS nº 414/1999) do senador José Sarney (PMDB-AP) que estende à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os incentivos fiscais aplicados à Zona Franca de Manaus.



José Cruz

**INFORMAÇÕES** Antero espera explicações sobre evasão de divisas nas agências do banco

## CPI ouve quatro ex-funcionários do Banestado

Quatro ex-funcionários do Banestado vão prestar depoimento amanhã, às 10h, à CPI que investiga a remessa ilegal de US\$ 30 bilhões para o exterior entre 1996 e 2002 (CPI do Banestado).

Prestarão esclarecimentos sobre operações relativas à evasão de divisas via Banestado os bancários Eraldo Ferreira, que trabalhava em Curitiba; Ricardo Franczyk, lotado nas Ilhas Cayman; Valdir Antônio Perin, que atuava em Nova York; e Valderi Werle, ex-funcionário em Foz do Iguaçu.

A convocação dos bancários acontece após diligências realizadas por uma equipe da CPI nos Estados Unidos – integrada pelo presidente e relator do colegiado, respectivamente, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e o deputado federal José Mentor (PT-SP) –, onde obtiveram mais de 300 caixas de documentos sobre a movimentação bancária da agência de Nova York.

A documentação recolhida pela CPI do Banestado em Nova York foi fornecida pela Procuradoria de Justiça de Manhattan. Além do material documental, que inclui passaportes, fotografias, CPFs e cédulas de identidade, os parlamentares brasileiros tiveram acesso a um CD reunindo 85 mil operações financeiras.

Ainda nos Estados Unidos, a comissão parlamentar recebeu uma listagem com mais de 200 nomes de brasileiros que possuem imóveis naquele país não declarados à Secretaria da Receita Federal. Como o fato caracteriza irregularidade tributária, Antero e Mentor já pediram à Receita a relação de todos os brasileiros que adquiriram imóveis nos EUA, incluindo os legalmente declarados.

## Comissão promove debate sobre a crise financeira dos metrô brasileiros

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza amanhã, a partir das 10h, audiência pública para debater os problemas financeiros que as empresas gestoras dos metrô de diversas capitais no país estão enfrentando. A iniciativa partiu dos senadores José Jorge (PFL-PE), César Borges (PFL-BA) e Magno Malta (PL-ES).

Foram convidados para o debate Antônio Imbassahy (PFL), prefeito de Salvador; Ermínia Maricato, secretária-executiva do Ministério das Cidades; Fernando Dueire, secretário de Infra-Estrutura de Pernambuco; Ricardo Mendanha Ladeira, representante da Prefeitura de Belo Horizonte; e o deputado estadual Célio Moreira (PL), presidente da Comissão Especial do Metrô de Belo Horizonte na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Na segunda parte da reunião, os senadores vão analisar a mensagem presidencial que indica Francisco Oliveira Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Em seguida, os senadores apreciam mais sete projetos, entre eles o de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que estabelece que os recursos provenientes de pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas recolhidas serão aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento da universalização dos serviços públicos de energia elétrica (PLS nº 224/2003).

Na justificativa, o senador explica que cerca de 2,4 milhões de domicílios, abrangendo mais de 11 milhões de cidadãos brasileiros, não dispõem dos serviços de energia elétrica. A proposta modifica a Lei 10.438,

de 2002, que fixou as obrigações dos investimentos para a expansão dos sistemas de atendimento aos consumidores sem, contudo, estabelecer os meios suficientes para que esse programa alcance todo o país, explicou o senador, ressaltando que seu projeto visa corrigir essa falha. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) é o relator e recomenda a aprovação do projeto.

### Ligação com tarifa local

Outra proposta importante a ser analisada (PLS nº 168/2002) estabelece que nas regiões metropolitanas instituídas pelos estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo, que é caracterizado como “de interesse coletivo”. O relator, senador João Batista Motta (PPS-ES), elaborou um substitutivo.



Jone de Araújo



Waldemir Rodrigues



José Cruz

**AUTORIA** José Jorge, César Borges e Magno Malta pediram a realização da audiência pública



José Cruz

**SUGESTÃO** Osmar quer ver Lula empenhado em resolver questão agrária

## Osmar estranha oferta de Lula para as Farc

O senador Osmar Dias (PDT-PR) estranhou a oferta feita pelo presidente Lula de reunir, em solo brasileiro, representantes das Forças Armadas Revolucionárias Colômbianas (Farc) e do governo legalmente constituído na Colômbia, para intermediar uma negociação destinada a pôr fim ao conflito armado naquele país.

Para o senador, em vez de Lula se preocupar com assuntos domésticos da Colômbia, deveria abrir, de imediato, negociações entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e proprietários de terra, a fim de encontrar uma solução para os conflitos no campo que já ocasionaram diversas mortes.

Osmar também estranhou a intenção do Executivo de enviar para exame do Congresso Nacional, em outubro, o novo programa de reforma agrária do governo. Segundo o senador, a matéria é ampla e complexa e o Legislativo não terá tempo suficiente para se aprofundar sobre a questão, já que a proposta poderá chegar ao Congresso por meio de medida provisória.

## Encontro com Lula deixa Paulo Paim "animado"

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ter saído "animado" da reunião entre o presidente Lula e a bancada petista no Senado, na quinta-feira passada, destinada a discutir as reformas tributária e previdenciária, bem como a montar a estratégia para a aprovação das alterações constitucionais no Senado.

Paim informou que a reforma previdenciária dominou o encontro. Ele ressaltou que Lula se mostrou "sensível" com relação ao aprofundamento dos debates em torno da proposta, já que foram apresentadas à matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados, mais de 300 emendas.

O senador também viu com simpatia a decisão do presidente de determinar ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, o estudo das principais emendas apresentadas pelos senadores à proposta,

consideradas as mais polêmicas, entre as quais as que tratam do subteto, de regras de transição para aposentadoria e da contribuição dos inativos.

O vice-presidente do Senado ainda se mostrou satisfeito com a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, na última quarta-feira, de proposta de emenda à Constituição, de sua autoria em conjunto com o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), que reduz a jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, já a partir de 2004. A PEC nº 393/2001 prevê que, numa segunda etapa, haja progressiva redução, até atingir 36 horas semanais.

– Ao aprovar a nossa PEC, a Câmara deu grande passo para a solução do maior e mais grave problema com o qual convive hoje a sociedade brasileira: o desemprego – alertou Paulo Paim.

## Mão Santa critica rejeição de todas as emendas pelo relator

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a decisão do relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tião Viana (PT-AC), de recusar todas as emendas apresentadas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Para ele, o a-



**Mão Santa: proposta não respeita servidor ativo e aposentado**

catamento das sugestões iria fortalecer "os mecanismos de contra-poderes fundamentais para a democracia" e para a manutenção de bons serviços públicos.

– As emendas funcionariam como remédios para curar uma doença grave que é essa PEC,

uma reforma precipitada e que será um pecado contra o serviço público – sustentou Mão Santa. Para o senador, a proposta não respeita os servidores ativos e aposentados e categorias que prestam serviços fundamentais à população, tais como professores e médicos.

Caso nenhuma das emendas seja aceita pelo governo, o senador Mão Santa disse temer dificuldades para o Estado continuar desempenhando suas funções constitucionais de garantir a prestação e a qualidade desses serviços.

# Mercadante prega diálogo sobre reforma tributária

■ Líder do governo afirma que a proposta está aberta à discussão com todos os partidos

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou na sexta-feira que o presidente Lula entende que, no Senado, a reforma tributária está aberta à negociação e ao aprimoramento. Ele ouviu do presidente, com quem a bancada do PT se reuniu no Palácio do Planalto na quinta-feira, que devem participar desse processo não apenas os partidos da base de apoio ao governo, mas também os da oposição.

– Queremos diálogo para construir com transparência a melhor reforma tributária, que será tanto melhor quanto mais ativamente os partidos participarem. Não haverá rolo compressor, não haverá aprovação açodada – disse Mercadante.

Sobre a tese de "fatiar" a re-



June de Araújo

**GARANTIA** Mercadante diz que "não haverá aprovação açodada nem rolo compressor"

forma, o senador observou que a idéia é aprová-la na íntegra. Porém, ainda que isso ocorra, Mercadante explicou que é impossível implantar a reforma até 31 de dezembro. Por isso, seria importante que as alterações constitucionais fossem aprovadas ainda neste ano.

– Mesmo que a gente consiga aprovar a proposta até o fim do ano, a implantação da reforma tributária vai se prolongar

pelo ano que vem. Depois, teremos que aprovar leis complementares e leis ordinárias, e o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) terá que transformar em apenas cinco as 44 alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) distribuídas em 27 códigos tributários estaduais. Somente depois, é que vai ser implantado em todos os estados da Federação – explicou.

Ele destacou a alteração da cobrança do ICMS da origem para o destino, considerando a mudança justa, desde que feita com equilíbrio para preservar os estados que podem perder receita com a alteração.

– Podemos concluir esse processo no Senado e permitir que essa mudança seja feita imediatamente, a partir de 2004, ou podemos voltar ao projeto original que apenas unificava as alíquotas, estabelecendo um período de negociação para viabilizar a transição – analisou o senador.

## Crivella quer equilíbrio entre ricos e pobres

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) conclamou na sexta-feira o Senado a modificar a proposta de reforma tributária, de maneira a estabelecer equilíbrio entre setores fortes e fracos, entre estados ricos e pobres. Para ele, o Brasil precisa, neste momento, de regras que desonerem a produção, diminuam o preço dos gêneros de primeira necessidade e tragam crescimento econômico.

Crivella lamentou que o agronegócio no Brasil esteja crescendo em ritmo de aventura, valendo-se demasiadamente dos agrotóxicos e destruindo os cerrados e a floresta amazônica. O meio ambiente co-



José Cruz

**ALERTA** Crivella adverte que agronegócio cresce sem levar em conta o aspecto ambiental

brará um "preço amargo" dentro de pouco tempo, advertiu.

Segundo o senador, o Brasil não precisa exportar mais, mas

exportar melhor, o que passa por menos juros para a produção e redução do custo Brasil, com estradas, portos e meios de escoamento mais eficientes e baratos.

### Injustiça com o Rio

Crivella pediu ao governo para sanar a injustiça que, a seu ver, o Executivo está cometendo contra o Rio de Janeiro, suscitando repasses para o estado por rotulá-lo de inadimplente. Ele afirmou não entender essa matemática de chamar um estado de inadimplente quando ele envia a Brasília R\$ 40 bilhões em impostos por ano, recebendo menos de 5% desse montante de volta.

## Senador participa de lançamento de livro sobre Previdência

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), promoveu em seu gabinete, na sexta-feira, o lançamento do livro *Previdência do Serviço Público Brasileiro*, editado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip). A publicação analisa os fundamentos e limites das propostas de reforma do setor com

base em pesquisa realizada pela Universidade de Campinas (Unicamp).

Paim agradeceu ao presidente da Anfip, auditor Marcelo Oliveira, que estava acompanhado pelo Conselho Executivo da entidade, a contribuição para os debates sobre a proposta de reforma da Previdência, que está em tramitação no Senado.



June de Araújo

**TEMA ATUAL**  
Paim (C), entre os integrantes da Anfip, no lançamento da publicação

## Arthur Virgílio critica atitudes do presidente

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), listou em Plenário, na sexta-feira, várias críticas ao comportamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu governo no decorrer da semana. O senador condenou, em particular, o fato de o presidente não ter comparecido à solenidade de comemoração dos 175 anos do Supremo Tribunal Federal (STF), na última quinta-feira. Para o senador, a atitude decorreu de discordância de Lula com declarações do presidente daquela corte, ministro Maurício Corrêa.

— O presidente Lula se zanga com o ministro do STF e transfere isso para a relação entre as duas instituições quando deci-

de não ir a uma festa em que a nação comemora uma grande conquista, o Supremo. O ministro Maurício Corrêa, por sua vez, também não compareceu à solenidade de diplomação de novos embaixadores ocorrida no Itamaraty. Tudo isso porque o presidente demonstra um comportamento imaturo e despreparado para governar — criticou.

Virgílio também considerou inadequado o fato de Lula utilizar roupas e bonés das diversas entidades que recepciona no Planalto. Para o senador, “isso constitui um exagero no cumprimento do papel ‘Lulinha Paz e Amor’ e não condiz com a posição do chefe da nação”.



Virgílio cita ausência de Lula em festa no STF

José Cruz

## Alvaro: ainda há tempo para mudança de rumos

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ainda há tempo para o governo corrigir rumos e voltar a representar o que chamou de “PT da esperança”, com princípios que honrem a biografia do presidente Lula. Segundo o senador, o partido está desfigurado, perdeu brilho e autenticidade, não é sincero e engordou a máquina administrativa com derrotados nas eleições, que não estão fazendo um bom trabalho.

— O que mais espanta é o cinismo: fala uma coisa e faz outra. Lula afirma que não haverá majoração da carga tributária e todos os especialistas garantem que o montante de impostos aumentará dos atuais 36% do Produto Interno Bruto para

40%, sem contar as válvulas que a reforma abre para estados e municípios reajustarem as alíquotas de seus impostos.

Em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), Alvaro Dias lamentou que o governo aceite suas imposições. Para ele, seria melhor seguir o exemplo da Argentina, que enfrentou o organismo, pagou para ver e ganhou bases melhores para um acordo.

Ao criticar as reformas, o senador afirmou que a tributária é um embuste, porque só interessa ao governo prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).



Para Alvaro Dias, governo fala uma coisa e faz outra

José Cruz

# Parecer sobre Previdência deve ser votado na quarta

Se houver grande número de destaques, decisão da CCJ pode ficar para uma outra reunião

O parecer do senador Tião Viana (PT-AC) sobre a proposta de reforma da Previdência deve ser votado nesta quarta-feira, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Viana rejeitou as 290 emendas apresentadas pelos senadores e manteve sem alterações o texto aprovado pelos deputados. Os autores das emendas poderão requerer, se aprovado o parecer, que suas sugestões sejam votadas de forma separada (votação em destaque).

Caso isso ocorra, e sendo grande o número de senadores inconformados com a rejeição de suas emendas, a votação será longa e poderá ser concluída em uma nova reunião da CCJ. A demora se deve, entre outras razões, pela votação dupla — primeiro os senadores se



CONCLUSÃO Viana prevê para novembro deliberação final do Senado sobre a proposta

manifestam sobre requerimentos que pedem a votação em destaque das emendas para, em seguida, deliberarem sobre o seu conteúdo.

Na hipótese de a votação na CCJ terminar na quarta-feira, o parecer do relator poderá ser lido no Plenário do Senado na tarde do mesmo dia. Assim, começarão a ser contados cinco dias de interstício para que a

proposta (PEC nº 67/03) comece a ser discutida no Plenário. Numa avaliação otimista, no dia 3 de outubro, uma sexta-feira, poderá ser realizada a primeira das cinco sessões de discussão em primeiro turno.

Nessas cinco sessões de discussão os senadores terão oportunidade de oferecer emendas de Plenário à proposta de reforma, o que é praticamente certo que venha a acontecer. A matéria voltará, então, à Comissão de Justiça, para análise e votação dessas emendas. Regimentalmente, a CCJ terá mais 30 dias úteis para se manifestar sobre as emendas de Plenário.

É possível que a votação da reforma da Previdência, em primeiro turno, ocorra no dia 16 de outubro, conforme avaliação da Secretaria Geral do Senado. Para que seja iniciado o segundo turno de discussão, em três sessões, deverá ser observado novo interstício. Por isso, o senador Tião Viana prevê que a votação final da proposta de emenda constitucional só ocorrerá na primeira quinzena de novembro.

## Para Maria do Carmo, reformas são necessárias

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu, em Plenário, a realização das reformas previdenciária, tributária e trabalhista, como, segundo disse, sempre pregou o Partido da Frente Liberal.

A seu ver, a economia brasileira voltará a crescer quando os setores produtivos forem desonerados por “taxas razoáveis de juros” e estruturas tributária e trabalhista “racionais e equilibradas”.

— Então o governo poderá fazer os investimentos tão neces-

sários em obras de infra-estrutura de saneamento e habitação popular — afirmou.

Maria do Carmo considerou perigosa a tendência do governo de ditar os rumos da reforma tributária, “cedendo aqui e ali alguma concessão aos estados com maior poder de pressão e impondo aos estados mais fracos e aos municípios o ônus dos cortes”.

A senadora manifestou sua discordância com relação “à idéia de jogar a conta para as unidades federadas mais po-



DISPOSIÇÃO Maria do Carmo diz que vai lutar para que se chegue a uma solução equilibrada

bres” e anunciou que, como representante de um estado nordestino, pretende lutar para que o Congresso chegue a uma solução equilibrada sobre a questão.

## Heráclito pede vacinação contra febre aftosa

Em discurso na sexta-feira, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez um apelo ao governo federal para que promova campanha de vacinação contra a febre aftosa no Nordeste. Ele disse que, no caso do Piauí, o governo estadual deve se esforçar para atingir 100% do rebanho. O senador esclareceu que, mesmo não registrando, há cinco anos, qualquer

caso da doença, o Piauí é classificado como “área de risco desconhecido”, o que o impede de exportar carne para o exterior e outros estados.

A campanha de vacinação, defendeu o senador, deve vir acompanhada de orientação aos produtores e de instalação de infra-estrutura mínima de vigilância e de barreiras para o trânsito dos animais.

Heráclito Fortes lembrou que a febre aftosa não traz perigo à saúde humana, mas é a principal barreira que impede o aumento das exportações de carne brasileira. Apesar de estarem em um patamar confortável, essas exportações podem ser ampliadas, assinalou ele. No caso piauiense, informou, os animais estão impedidos até de atravessar o

território do estado.

A campanha de vacinação integra o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, do Ministério da Agricultura, que prevê a eliminação da doença em todo o território nacional até dezembro de 2005, o que elevará o Brasil ao status internacional de zona livre da aftosa, explicou.



Roosevelt Pinheiro

## Jonas anuncia safra recorde de algodão

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) anunciou, na sexta-feira, que a cultura do algodão deverá alcançar na próxima safra 1 milhão de toneladas, 30%



Jonas: notável capacidade dos produtores

a mais em relação à safra anterior, 300 mil das quais estão comprometidas em contratos de venda para o exterior.

O setor enfrentou decadência entre 1992 e 1997 (o Brasil chegou a importar o

produto), ano em que a plantação iniciou nova fase, com apoio do governo federal e com a profissionalização da cultura, chegando em 2003 à marca de 770 mil toneladas de algodão.

– A produção representa um recorde que demonstra a notável capacidade dos produtores nacionais, mesmo dentro de um contexto extremamente desfavorável. Só aqui o uso de sementes geneticamente modificadas é proibido, o que torna nosso sistema de produção mais oneroso – explicou Jonas Pinheiro.

## Valmir Amaral aplaude nova agência

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) ocupou a tribuna do Plenário na sexta-feira para elogiar o governo Lula pela publicação de decreto que forma



Valmir Amaral: estímulos para o Centro-Oeste

grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Integração Nacional com vistas à criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

– É uma prova de sua competência e de sua busca

por um país para todos os brasileiros – comemorou.

Um dos focos da discussão, segundo Valmir Amaral, é a gestão do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que disporá de R\$ 600 milhões por ano para aplicação em projetos de desenvolvimento na região.

# Mozarildo adverte para cobiça sobre a Amazônia

Senador diz que tese de internacionalização esconde os crescentes interesses estrangeiros no território nacional

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) voltou a manifestar na sexta-feira sua preocupação com a tese de internacionalização da Amazônia, que, observou, foi suscitada não poucas vezes em fóruns de discussão internacional ou na voz de líderes importantes e governos estrangeiros.

– Tenho sido, ao longo de meu mandato, um intransigente defensor de nossa Amazônia. E sempre que houver qualquer rumor sobre nosso direito de soberania sobre ela levantarei minha voz para combater com firmeza tal veleidade – disse.

Mozarildo acrescentou que, na exata medida em que o Brasil adquire contornos de nação desenvolvida no cenário mundial, toda e qualquer vantagem comparativa que tem em relação aos demais países começa



FALÁCIA Mozarildo vê a cobiça por trás da postura falsamente altruísta

a ser contestada e boicotada, como acontece com a exportação de produtos agrícolas e a indústria aeroespacial.

– Para que as nações incomodadas com nosso desempenho, crescentemente mais importante com o passar do tempo, comecem a querer nos interpor dificuldades, é só um passo. E esse processo se revela particularmente crítico quando se trata de discutir as questões relativas à Amazônia – observou.

Mozarildo disse ainda que, se

a Amazônia se tornar um centro de interesse internacional ou de uma potência estrangeira, pressões serão feitas para que o Brasil abdique, mesmo parcialmente, de sua soberania. Por trás dessa postura falsamente altruísta, advertiu, esconde-se a cobiça dos que não querem correr o risco de ser aliados dos lucros da exploração das riquezas amazônicas e não desejam que o Brasil enriqueça e seja "mais um no restrito clube das nações super-ricas".

O Brasil, para o senador, tem todos os atributos para tornar-se uma das nações mais ricas do mundo, se corrigidos os desequilíbrios internos e adotado um verdadeiro projeto de desenvolvimento socioeconômico. Mozarildo registrou a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), expressa pelo arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, de que a Amazônia não é patrimônio da humanidade, mas patrimônio do Brasil, a serviço da Humanidade.



PPA Jucá sugere inclusão de obra no sistema energético da região no Plano Plurianual

## Jucá defende investimentos em energia

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu em Plenário, na sexta-feira, a inclusão no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de destinação de recursos orçamentários para a interligação dos sistemas energéticos da região amazônica entre Boa Vista (RR) e Manaus (AM). Jucá informou que Roraima recebe energia da Venezuela, mas há excedente que poderia ser levado a Manaus. Além disso, ele defendeu a construção do gasoduto Coari-Manaus, para ligar as duas cidades amazonenses.

– O acordo firmado entre Brasil e Venezuela é para garantir energia a Roraima por 20 anos, com oferta máxima de 200 megawatts por ano para o estado. Como o consumo em Roraima é entre 70 e 80 megawatts anuais, há excedente – disse Jucá.

O senador informou que os governos locais estão investindo no desenvolvimento e há perspectiva da instalação de indústrias na região, especialmente de celulose. Por isso, afirmou, é importante que a linha de integração fique pronta entre 2008 e 2009. "Portanto, é preciso começar a haver negociações orçamentárias agora", afirmou.

Jucá destacou que os recursos para os dois primeiros anos da obra (2004 e 2005) podem ser cobertos pela Eletronorte. Entre 2006 e 2008, seria acertado um financiamento, no valor de R\$ 300 milhões. "É um valor pequeno diante do benefício", disse.

O senador destacou ainda a boa colocação conseguida pela prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá (PSDB), na última pesquisa Brasmark, que apontou os dez melhores prefeitos do Brasil. "Teresa Jucá foi uma das dez melhores e a única mulher", registrou o parlamentar.

## Fátima quer gasoduto em benefício da população

A construção do gasoduto entre a província petrolífera de Urucu, no Amazonas, e Porto Velho, prevista no Plano Plurianual de 2004 a 2007, deve trazer benefícios reais ao povo de Rondônia. Foi isso o que reivindicou na sexta-feira a senadora Fátima Cleide (PT-RO),

que visitou recentemente Urucu em companhia do senador Sibá Machado (PT-AC).

A preocupação da senadora se explica pela sua avaliação de que os grandes empreendi-



Fátima Cleide cobra transparência do governo federal

mentos na Amazônia não trouxeram desenvolvimento à região, mas a outros estados e países. Como exemplo, Fátima citou a cidade de Coari (AM), que está próxima de Urucu, mas cuja população não foi beneficiada pela chegada do gás natural.

– Não queremos mais ser escoadouro de matérias-primas, arena para saques intermináveis de nossos recursos. Projetos como o gasoduto Urucu-Porto Velho e as hidrelétricas sobre o Rio Madeira de-

vem ter, como premissa básica, a redução das disparidades existentes entre as diversas regiões do país, devem se nortear pelo princípio da inclusão social – disse a senadora, cobrando transparência do governo federal sobre os projetos energéticos na Amazônia.

Essa avaliação, continuou Fátima, está na Carta de Porto Velho, firmada em agosto por entidades do estado que discutiram o aproveitamento dos recursos energéticos na Amazônia de forma sustentável. Para a senadora, isso só será possível com o envolvimento da sociedade civil rondoniense na definição dos projetos de utilização do gás natural de Urucu.

## Senado debate tratado de cooperação

A Subcomissão Permanente da Amazônia, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), recebe amanhã, a partir das 9h30, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que fará exposição sobre o Tratado de Cooperação

Amazônico (TCA) e suas implicações diretas e indiretas para o desenvolvimento da região.

Com o propósito de incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais dos territórios amazônicos, o tratado foi assinado

em Brasília, em 1978, entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O requerimento aprovado pelo colegiado para debater o tema é de autoria do próprio presidente da subcomissão.

## Educação examina projeto que facilita acesso a livros e à Internet

A Comissão de Educação (CE) deve votar amanhã, a partir das 11h, parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) – foto – a projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para determinar a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, computadores e à Internet que propiciem a inclusão digital.

Entre os dispositivos do projeto (PLS nº 240/2003) de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destaca-se a oferta de biblioteca e de laboratórios de ciências e informática.

O colegiado deve examinar proposições relativas a bolsas de estudo e à merenda escolar, como o projeto que institui o programa nacional de bolsa de estudo para alunos do ensino superior privado. A matéria (PLS nº 198/2001) recebeu parecer favorável do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e tem por objetivo beneficiar alunos carentes de instituições privadas de ensino superior.

A Comissão de Educação analisa ainda proposta de Hélio Costa que torna obrigatório o uso de leite de vaca na merenda escolar (PLS nº 41/2003).



Célio Azevedo

## Papaléo comemora tratado contra o vício do fumo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) comemorou a ratificação do tratado relativo ao combate ao tabagismo por 192 países integrantes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo registros conjuntos da entidade, do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e do Ministério da Saúde, um terço da população mundial adulta, cerca de 1,25 bilhão de pessoas, é fumante. O número de mortes decorrentes do hábito de fumar chega a 4 milhões por ano, o correspondente a mais de 10 mil mortes por dia.

Ao estabelecer como principal objetivo a redução dos óbitos associados ao tabagismo, o tratado impõe amplas e rigorosas medidas de restrição à propaganda e à venda de cigarros e similares. Papaléo explicou que os países signatários assumem o compromisso de, no prazo de cinco anos, restringir a propaganda e a comercialização de produtos tabagísticos, adotar medidas que coíbam a venda a menores de idade e implantar políticas tributárias que desestimulem o seu consumo.



Célio Azevedo

## Capiberibe presta homenagem a ortopedistas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) cumprimentou o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), Sérgio Franco, e todos os ortopedistas brasileiros pelo Dia do Ortopedista, comemorado na sexta-feira. Capiberibe disse que os profissionais dessa especialidade atendem aproximadamente 85% dos pacientes politraumatizados que chegam aos hospitais de emergência do país com lesões músculo-esqueléticas.

– O trauma vem-se tornando um problema de saúde pública cada vez mais alarmante na medida em que aumenta a violência urbana, sendo atualmente uma importante causa de óbito e seqüelas, às vezes irreparáveis, na população jovem – acrescentou.

Segundo o senador, na América Latina, medidas de saúde pública têm diminuído a incidência de moléstias infecciosas, que eram a principal causa de morbidade e mortalidade. No entanto, destacou, o aumento no uso dos veículos motorizados, a industrialização e a intensificação das desigualdades sociais geram nas grandes cidades uma sociedade violenta, “mimetizando uma guerra civil diária, levando ao aumento da mortalidade por traumatismos”.



José Cruz

# Suplicy apóia adiamento da unificação de programas

■ Diálogo com governadores e prefeitos é fundamental, afirma senador

O adiamento, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do anúncio da unificação e racionalização dos programas de transferência de renda foi elogiado na sexta-feira, em Plenário, por Eduardo Suplicy (PT-SP). Para o senador, Lula adotou “uma medida de precaução sábia”, a partir da compreensão de que é necessário um diálogo dos integrantes do governo federal com os governadores e prefeitos a fim de que haja melhor coordenação do programa unificado.

– É preciso repartir responsabilidades, métodos, o desenho



José Cruz

**ACERTO** Para Suplicy, Lula adotou “medida de precaução sábia” sobre projetos sociais

e o nome do programa – sustentou Suplicy, para quem o diálogo é fundamental para que, quando se apresente a marca do programa, ela não tenha só o selo do governo federal.

O senador registrou que no próximo dia 30 será realizada uma reunião com os governadores para definir o dia de di-

vulgação da nova sistemática. Suplicy afirmou que já se tem como certo que o programa de transferência de renda unificado reunirá o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Para Suplicy, a decisão do governo de unificar os programas de transferência de renda é acertada e vai “na direção de uma renda como um direito de cidadania”. O senador também apoiou a designação de Ana Fonseca, pesquisadora da Universidade de Campinas (Unicamp) e ex-assessora da Prefeitura de São Paulo, para coordenar o novo programa, juntamente com o secretário-executivo do Ministério da Assistência Social, Ricardo Henriques.

### Seis programas sociais serão unificados

Programa	Público alvo	Benefício
<b>Bolsa-Alimentação</b>	Crianças de até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até seis meses, em famílias com até meio salário mínimo de rendimento	<b>R\$ 15 por criança até três crianças</b>
<b>Bolsa-Escola</b>	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com rendimento até meio salário	<b>R\$ 15 por criança até três crianças</b>
<b>Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)</b>	Crianças de 7 a 15 anos envolvidas com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até meio salário mínimo de renda	<b>R\$ 25 por criança na área rural; R\$ 40 na área urbana</b>
<b>Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano</b>	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar seja de até meio salário mínimo	<b>R\$ 65 por mês</b>
<b>Auxílio-Gás</b>	Famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha, com a abertura do mercado de combustíveis	<b>R\$ 7,50 ao mês por família, pagos bimestralmente</b>
<b>Fome Zero (Cartão-Alimentação)</b>	Famílias cadastradas pelos comitês gestores criados em cada município	<b>R\$ 50 por mês</b>

Fonte: Ministério da Assistência Social/Consultoria Legislativa do Senado

## Lúcia Vânia condena atraso no lançamento

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de adiar a unificação dos programas sociais do governo foi criticada na sexta-feira pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ela, “a indefinição” do governo desorienta governadores e prefeitos, além de tumultuar o dia-a-dia de milhões de pessoas que necessitam da ajuda governamental para, inclusive, se alimentar.

– Fiquei surpresa e ao mesmo tempo indignada ao tomar conhecimento de que o governo adiou, por tempo indeterminado, o lançamento do programa de unificação das ações



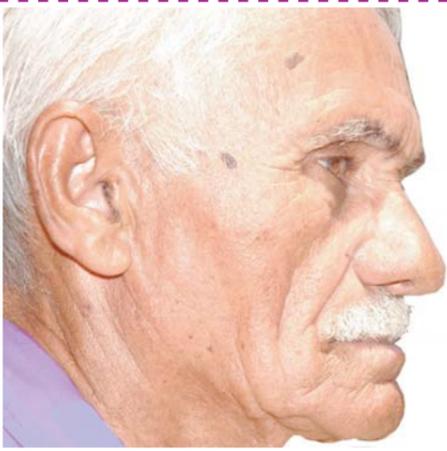
José Cruz

**SURPRESA** Para Lúcia Vânia, “indefinição” do governo tumultua vida de milhões

sociais que estava marcado para esta sexta-feira – protestou Lúcia Vânia, ao informar

que o PSDB, mesmo fazendo oposição dura ao atual governo, “mas de forma responsável”, vem acelerando a discussão e votação de matérias e projetos sociais do próprio governo, visando beneficiar os mais pobres.

Como exemplo, Lúcia Vânia, que preside a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), informou que o colegiado aprovou na semana passada o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE), elaborado pelo governo, e as indicações dos diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



# CIDADANIA ESPECIAL

Ano I - Nº 2 - Jornal do Senado - Brasília, segunda-feira, 22 de setembro de 2003

## Direitos da terceira idade devem ser respeitados

### Cidade que favorecer idoso receberá selo

A Subcomissão do Idoso no Senado, presidida pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), lançou este mês o programa Cidade Amiga da Terceira Idade com o objetivo de incentivar os municípios brasileiros a desenvolver práticas públicas cada vez mais aperfeiçoadas para seus cidadãos idosos. O município que possuir projetos e programas exemplares e relevantes poderá receber o Certificado de Qualidade.

Para a cidade habilitar-se ao certificado, primeiro deverá verificar se preenche os requisitos exigidos em áreas como legislação, saúde, ambiente físico e acessibilidade, segurança, esporte, lazer e cidadania, educação e sociedade civil.

Para se inscrever, formulário disponível na Internet deverá ser preenchido, impresso, assinado pelo prefeito e enviado pelos Correios para o seguinte endereço:

Senado Federal  
Subcomissão do Idoso (CAS)  
Praça dos Três Poderes s/nº  
Ala Senador Alexandre Costa,  
Sala 11-A  
Brasília - DF, CEP 70165-900.

O Especial Cidadania desta edição reúne informações sobre os direitos e benefícios assegurados aos idosos pela legislação brasileira. Hoje, há 15 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

serão quase 23 milhões de idosos ao final das duas próximas décadas.

Apesar dos benefícios conquistados, são comuns os casos de maus-tratos. Por isso, divulgam os telefones dos locais onde as denúncias podem ser feitas. Na semana em que se

comemora o Dia do Idoso - 27 de setembro -, o Senado vai votar o Estatuto do Idoso, o mais importante instrumento em defesa da população da terceira idade.

Na próxima segunda-feira, o Especial Cidadania vai tratar de crianças desaparecidas.

### Legislação garante vários benefícios

> **Direito à participação** na comunidade, defesa de sua dignidade, bem-estar, direito à vida e à igualdade (Constituição federal e Lei nº 8.842/94).

> **Atendimento preferencial** na tramitação de processos judiciais aos idosos com 65 anos ou mais; direito ao cumprimento de pena em estabelecimento diferenciado (Constituição federal e Lei nº 10.173/01).

> **Transporte público gratuito** para quem tem 65 anos ou mais (Constituição federal).

> **Atendimento prioritário** em repartições e serviços públicos, instituições bancárias e outros serviços (Lei nº 10.048/00).

> **Garantia de assistência social** às pessoas com mais de 67 anos cuja renda familiar não ultrapasse ¼ do salário mínimo e que sejam incapazes para o trabalho (Decreto nº 1.744/95).

> Ter na carteira de **identificação**

a expressão "Idoso ou maior de sessenta e cinco anos" (Decreto nº 2.170/97).

> **Inclusão**, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos (Lei nº 8.926/94).

> **Atendimento preferencial em hospitais e postos de saúde**; direito a ser vacinado anualmente contra gripe e pneumonia; direito de ter acompanhante em caso de internação pelo Sistema Único de Saúde e de ser informado sobre a prevenção e controle da osteoporose (Decreto nº 1.948/96; Lei nº 8.842/94; Portaria nº 280/99 do Ministério da Saúde).

> **Receber medicamentos**, órteses e próteses necessários à recuperação e reabilitação da saúde do idoso (Decreto nº 1.948/96 e Lei nº 8.842/94).

> **Amparo e assistência** obrigatória pelos filhos maiores, na velhice, na pobreza e quando estiverem doentes (Constituição federal).

> Ninguém pode ser impedido de **participar de planos de saúde privados** por causa de idade ou doença. A mensalidade do plano da pessoa com mais de 70 anos não pode custar seis vezes mais do que a menor mensalidade cobrada pelo mesmo plano (Lei nº 9.656/98).

> São **crimes sujeitos a punição** a negligência, o desrespeito, as agressões físicas e verbais e a apropriação dos rendimentos como pensão (Lei nº 5.478/68).

> Alternativas **habitacionais adequadas** para a população idosa identificada (Decreto nº 1.948/96).

Em alguns estados, os direitos dos idosos foram ampliados para assegurar benefícios como isenção na taxa de incêndio; isenção no imposto territorial urbano (IPTU) sobre imóvel utilizado como residência por contribuintes maiores de 65 anos com renda mensal de até três salários mínimos; descontos na compra de medicamentos e em programas culturais.

### Estatuto do Idoso será votado amanhã

O Estatuto do Idoso é tema de dois projetos de lei em tramitação no Senado, um de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e outro do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). As duas proposições (PLC nº 57/2003 e PLS nº 20/2003) buscam aperfeiçoar a Lei nº 8.842, de 1994, que define os critérios gerais de atuação do poder público em prol da terceira idade.

Dos dois projetos, o de Paim é o que tem a tramitação mais adiantada, pois já foi aprovado na Câmara dos Deputados. O projeto vai entrar em votação amanhã no Senado, em regime de ur-

gência. Caso seja aprovado, segue à sanção presidencial.

As propostas tratam de diversas questões, como a gratuidade de transporte público; a prioridade no atendimento em serviços públicos e judiciais; a obrigação do poder público de garantir a alimentação dos idosos carentes; o atendimento médico domiciliar, mesmo nos casos em que ele é feito por médico credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS), e até um benefício mensal de um salário mínimo para aqueles que não possuem meios de prover sua subsistência.

Além disso, as proposições definem as penas para os crimes cometidos contra idosos e determinam que o Ministério Público ficará responsável pela fiscalização dos direitos das pessoas da terceira idade.

Parte dos dispositivos já está em vigor no país, como por exemplo o transporte público gratuito. A vantagem do estatuto é que ele confirma, numa lei federal, o que existe e acrescenta novos direitos. Além disso, consolida toda a legislação que trata da terceira idade, atualmente dispersa, num único documento.

### DENUNCIE ABUSOS

Em casos de abuso físico, psicológico, financeiro, sexual ou negligência, denuncie. Veja a lista de locais onde há atendimento aos idosos. Se a sua região não disponibiliza esse recurso, procure a delegacia de polícia mais próxima.

**ACRE** - Centro Dia para o Idoso: (68) 226.4374

**AMAZONAS** - Disque Idoso: (92) 1401/(92) 236.9533

**AMAPÁ** - Abrigo São José: (96) 212.9166

**BAHIA** - Conselho do Idoso: (71) 370.8350

**CEARÁ** - Alô Idoso: 0800.850022

**DISTRITO FEDERAL** - Promotoria de Defesa do Idoso e Portador de Deficiência: (61) 343.9960/343.9414

**ESPÍRITO SANTO** - Central de Valorização do Idoso: 0800.6441401

**MARANHÃO** - Promotoria de Justiça Especializada nos Direitos dos Cidadãos Portadores de Deficiência e Idosos: (98) 219.1836 ou 219.1816

**MINAS GERAIS** - Delegacia do Idoso: (31) 3236.3011  
Disque Idoso: (31) 3277.4646

**MATO GROSSO** - Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa: (65) 613.5749

**MATO GROSSO DO SUL** - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: (67) 382.4114; Disque Idoso: (67) 324.2122; Programa de Apoio à Pessoa Idosa: (67) 324.1148

**PARANÁ** - Conselho Estadual dos Direitos do Idoso: (41) 324.4685

**PIAUI**: Disque Idoso: 0800.862400

**PERNAMBUCO** - Disque Idoso: 0800.2812280

**RIO GRANDE DO SUL** - Delegacia do Idoso: (51) 3325.5304

**RIO DE JANEIRO** - Ligue Idoso: (21) 2299.5700; Delegacia do Idoso: (21) 3339.3181

**RONDÔNIA** - Gerência de Assistência e Desenvolvimento Social: (69) 229.2624

**RORAIMA** - Coordenação do Programa de Atendimento ao Idoso: (95) 623.1617 Ramal 260

**SANTA CATARINA** - Ministério Público - Coordenadoria do Idoso: (48) 229.9233

**SÃO PAULO** - Grupo de Atenção Especial ao Idoso: (11) 3119.9083 ou 3119.9082; Delegacia do Idoso: (11) 3237.0666

**TOCANTINS** - Ministério Público: 0800.631150

### TELEFONES ÚTEIS

**CONSELHO NACIONAL DO IDOSO**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 209 CEP 70064-901 Brasília - DF  
Telefone: (61) 429.3598  
E-mail: cndi@mj.gov.br

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)**  
Dúvidas sobre Planos de Saúde  
Disque ANS: 0800 701 9656

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
Disque-saúde 0800. 611997

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
PrevFone 0800 780191

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA**  
RJ (21) 2285.8115  
BA (71) 267.1452

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa e Antonio Carlos Valadares